

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoese@ufes.br

/// Será que o poder sobre a saúde pública está se deslocando para as “organizações sociais de saúde”? O que significará Sistema Único de Saúde?

Gestão dos hospitais

Há conflitos entre modelos de privatização de hospitais governamentais estaduais. Um lado está expresso na pergunta que encerra a nota “Cidadãos Capixabas e prezados médicos cooperados”, da Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas (Febracem, 30/01/2016): “A quem interessa um modelo de contratação de médicos pelas organizações sociais que não respeita os princípios constitucionais de aplicação de recursos públicos?”

O outro se encontra na nota da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Espírito Santo (Fehopes, 12.02.2016) ao repudiar “declarações ofensivas, desclassificadoras e desrespeitosas emitidas pela Febracem”.

Afirma que “o processo de contratação é conduzido com ética e transparência” – e conclui: “Por isso, não aceitará passivamente a estratégia de terror imposta pela Febracem com o objetivo de intimidar, causando danos à imagem das Organizações Sociais”.

O diagnóstico desse conflito – “não respeita” e “terror” – passa pela diminuição do poder das “cooperativas médicas” diante das “organizações sociais de saúde”, na medida em que

assumem a gestão (completa) dos hospitais.

Uma das primeiras formas de privatização na saúde estadual foi a terceirização de pessoal, incluindo atividades fins mediante oito “cooperativas”: 1.500 médicos, 75% dos profissionais da urgência e emergência.

Desde meados da década passada, a privatização dos hospitais, iniciada pelo Hospital Central, se ampliou com as “organizações de saúde”. Além da contratação de pessoal, elas assumem também o custeio. Com isso, e depois da decisão do STF sobre as “organizações sociais”, a contratação de médicos deixa de ser uma relação com o governo e passa para a esfera das referidas “organizações” – com a consequente redução do poder das “cooperativas médicas”.

Será que o poder sobre a saúde pública está se deslocando para as “organizações sociais de saúde”? A que foi escolhida para o Hospital São Lucas tem mais de 20 mil profissionais – mais de duas vezes o total de servidores da Secretaria Estadual da saúde. Quem será regulado – fiscalizado é maior que o regulador – fiscalizador?

Na crise da saúde do Rio de Janeiro, um dos três pontos identificados nas UPAs foi: “Organização Social: administração social mais ágil, mas com preço alto” (O Globo, 27.12.2015). Isso também ocorre no Estado? O que significará Sistema Único de Saúde? Com a crise fiscal do Estado, a privatização da área social cresce.